

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----
-----**REUNIÃO DE 30 DE MAIO DE 2003**-----
-----**ACTA NÚMERO QUATRO / DOIS MIL E TRÊS**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – Lúcia Maria Silva Poseiro;-----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Abel José M. Bruno Henriques (BP); José Alexandre Fonseca (BP); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); M.^a Teresa Rodrigues Faustino (CDU); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Paulo Pereira Rodrigues (PSD); Vítor Manuel ferreira Fonseca (PS); Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (BP); Mário Gomes Morgado (CDU); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); Susana Paula Geraledes Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Joaquim Marques Henriques (BP).-----
-----Faltaram a esta reunião o senhor Carlos Fernando Faria Duarte (PSD) e a senhora D. M.^a Norberta Ponte Ferreira Santos (BP).-----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, o senhor Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, os senhores vereadores António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a responsável pela Divisão Financeira Alexandra Maria Lourenço trindade Clemente, o Dr. Nelson da firma SPGI e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----
-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no auditório municipal de Bombarral. -----
-----**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:** O senhor Presidente da Câmara disse que se verifica um grau considerável de execução das receitas correntes. Por algumas circunstâncias de arrefecimento no investimento em 2002 e da não transferência da comparticipação em obras, o grau de execução das receitas de capital ficou muito aquém do previsto. A circunstância da não venda de património levou à não concretização dos parâmetros previstos. Tendo em conta a não concretização de algumas obras verifica-se que as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes, estando na origem de algum diferencial.-----
-----O senhor Mário Morgado (CDU) considerou que esta conta de gerência assinala a grande disparidade entre as propostas de orçamento e a sua execução. Representa um diferencial de 22% onde a parte mais significativa é a referente às receitas de capital que ficaram pelos 50% e já com a ajuda do empréstimo a curto prazo de € 200.000. Demonstra-se que á partida o orçamento de 2003 fica bastante

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

carregado para fazer face às dividas do ano anterior. Mas mais escandaloso, acontece com as outras dividas a terceiros, onde dos € 2.832.000 cerca de € 388.000 já transitaram de anos anteriores e algumas delas não vão além de € 2. Também na execução do PPI apresenta uma aplicação de € 69.399 na Área de Actividades Económicas Pólo II da Zona Industrial, qual a obra realizada? No referente a dividas a instituições de crédito e a terceiros verifica-se que entre os documentos que referenciam o balanço e os mapas que lhes dizem respeito existe uma diferença de € 87.280. O relatório da gerência diz maravilhas sobre a execução de 2002 pelo que certamente haverá explicação para esta diferença. Salientou dois casos no mapa 17 relativo a contratos administrativos. O contrato relativo ao caminho municipal 1423 Estorninho – Brejo que foi firmado por € 102.665 mas foram pagos € 104,287 sem revisão de preços ou trabalhos a mais. No contrato de avença com um engenheiro electrotécnico foi firmado por € 279,83 mas foram pagos € 5,939.35. No documento 26 – empréstimos a médio e longo prazo são referenciados 20 pedidos de crédito, dos quais 3 estão já no limite do prazo mas só 2 estão liquidados; outros 3 estão bem encaminhados; 14 ou estão a ficar atrasados ou muito atrasados. O relatório de gestão diz no ponto 1.2 despesa geral, que os encargos com a dívida foram € 134.579, mas conforme o mapa anexo esses encargos foram de € 306.000. Na página 9.19 diz que o grau de cobertura foi de 101,54% pelo que transitam 1,54% para o ano seguinte. Esta demonstração só tem razão em relação às dividas que se quiserem apresentar porque não houve poupança nenhuma. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse existirem dois documentos fundamentais para se fazer uma análise macro do que foi a gestão da Câmara Municipal: o mapa demonstrativo dos resultados e o relatório de gestão. Neste caso tem alguma dificuldade em saber qual está certo dado serem os mesmos incompatíveis. Entre o ponto 2.19 do relatório de gestão – volume de receita cobrada e a demonstração de resultados existe uma diferença de € 500.000. Do ponto de vista das despesas também existe uma diferença de € 400.000. Não sabem qual dos documentos estará certo. Nas despesas com pessoal existe um diferencial de € 580.000. Era importante desatar-se este nó górdio. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que era sua intenção limpar as dividas aos pequenos fornecedores mas a dificuldade na recuperação dificultou essa intenção. Quanto às diferenças assinaladas pelo senhor Mário Morgado existe um elemento assinalável do ponto de vista positivo mas não tendo a inventariação patrimonial não tem a sua expressão real. O resultado em termos de escrita não é o resultado em termos de cofre e de existência real. Dado não ter havido actualização dos honorários do engenheiro electrotécnico não sabe se a diferença terá a ver com isso. Não existiu atraso no pagamento de empréstimos, estando os prazos a ser escrupulosamente respeitados. -----

-----A responsável pela Divisão Financeira disse que relativamente ao mapa dos empréstimos o valor que vem no balanço é o valor que resulta do programa informático e é o resultado dos valores lançados na conta 23. O outro mapa foi feito em Excel e algum erro de fórmula deve causar esta diferença. -----

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

-----O senhor Dr. Nelson disse que não se pode nunca comparar a execução orçamental com a patrimonial. Houve de facto uma poupança orçamental se se comparar a despesa paga e a receita liquidada na ordem dos 101,4%. Foi feita muito mais cobrança de receita do que pagamento de despesa. Quanto à contratação administrativa o que consta é os valores pagos e pode-se pagar mais se se somarem pagamentos de gerências anteriores. A questão da diferença entre o relatório e a demonstração de resultados não se coloca porque uma coisa é a execução orçamental e outra a execução patrimonial. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou o plenário que dado o senhor deputado Carlos Duarte ter chegado pelas 22.05 horas, ultrapassou o período de 60 minutos estabelecido no regimento após a hora marcada para o início da sessão, pelo que lamenta mas não pode permitir a sua participação nas discussões e votações desta sessão. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que anteriormente não existia o POCAL pelo que é natural que aparecessem algumas diferenças. Para que tal não sucedesse deveria ter sido feito o balanço inicial. A dívida de 2002 paga na demonstração de resultados é de € 6.211.000 mas no relatório é de € 4.868.000. Este valor não pode ser inferior. Tem de haver lançamentos a menos que tenham ficado facturas na gaveta. Gostava que lhe fosse explicado como é que foi apurado o valor de património negativo de € 4.690.901,60. As doações e subsídios atribuídos à Câmara Municipal devem ser lançados na conta de reservas e não na conta de valores patrimoniais. A Câmara Municipal tem bens adquiridos em leasing mas que não constam do imobilizado. Não foi feita qualquer tipo de amortizações ou provisões. Pensa que o lucro apresentado na demonstração de resultados não corresponde minimamente à verdade. Na conta 74 foram lançados € 4.220.646,98 de dinheiros recebidos do Estado mas o valor atribuído ao Bombarral foi de € 3.101.406. Gostava de saber se existe mais alguma verba aqui lançada uma vez que também não receberam o balancete analítico. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que o relatório de gestão é o documento através do qual se expende a política e se justifica como se executou o orçamento e se sustentam os números nos documentos de prestação de contas anexos. Custa-lhe a perceber que a diferença constatada tenha a ver com facturas lançadas e não pagas, porque o valor da despesa paga é quase o dobro da despesa lançada. Ficou mais baralhado com as reconciliações bancárias nomeadamente com a conta da CGD que tem uma diferença não justificada de € 135.000, pelo que pergunta onde andam estes € 135.000. - -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que a bancada do PSD regista com desagrado o facto do senhor Presidente da Mesa da Assembleia não abrir uma excepção ao regimento no caso do senhor Carlos Duarte por ter chegado 5 minutos atrasado, uma vez que nas anteriores sessões tem aberto excepções ao regimento para tudo e mais alguma coisa, permitindo que o período de uma hora antes da ordem do dia se prolongue por várias horas e que os deputados municipais intervenham no período do público. O senhor Presidente da Mesa da Assembleia não

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

consultou os restantes membros da Mesa para esta decisão. Se fosse membro da Mesa tinha abandonado a mesma. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa nunca abriu excepções que permitissem a entrada de alguém para além do período regimental de 60 minutos. Tem apenas sido condescendente na duração do período antes da ordem do dia. Esta questão já levantou uma discussão acesa no anterior mandato dado um membro ter chegado para além dos 60 minutos e se tivesse sido admitido iria originar uma deliberação de sentido contrário. Esta é uma questão essencial não podendo abrir precedente para problemas graves porque pode influenciar o resultado de votações. Abriu o regimento e mostrou o artigo em causa ao primeiro secretário que teve a mesma conclusão que ele.-----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que o PS vai ser bastante contido na sua intervenção. Foi em 1998 que o governo publicou a legislação do POCAL e já nessa altura os vereadores do PS alertaram os serviços e o senhor Presidente da Câmara para serem tomadas medidas. Lembrou que a comissão de acompanhamento do orçamento não funcionou devido à inércia da Câmara Municipal em relação ao concelho dado pelos vereadores do PS em 1998. Questionou se estão a ser implementados todos os mecanismos de controlo interno da contabilidade. Considerou que o princípio da especialização não está a ser respeitado. Referiu a existência de uma diferença de € 1.642.000 entre a demonstração de resultados e o relatório nos custos com pessoal, questionando a que se deve a mesma. As provisões deviam estar constituídas porque estão contempladas em lei e todos sabem que existem dívidas de água e de licenças. O princípio da prudência também não está contemplado. Nas contas não estão identificados os critérios para amortizações, mas constam amortizações do relatório, pelo que existe um erro técnico no relatório. Perguntou se não foi feita a inventariação do immobilizado. Nenhuma autarquia pode chegar a um banco e pedir um empréstimo porque tem o Palácio Gorjão para hipotecar, porque se trata de um bem público. A autarquia não tem contabilidade de custos pelo que está a ferir a lei. A aplicação dos resultados do exercício deve ser feita por proposta do Presidente da Câmara, constatando que foi proposta a aplicação no património, perguntando porque não no abaixamento da dívida. No ano de 2002, tendo em conta que cada bombarralense contribuiu com 306.000\$00 para a despesa corrente da Câmara e teve como receita 404.000\$00, mas contribuiu com 402.000\$00 para a dívida da Câmara. São valores que espelham o custo da autarquia. A autarquia deve conter a despesa corrente. Gostava de manifestar o seu lamento pela forma como decorreu a sessão extraordinária da Câmara Municipal para aprovação das contas. Não deve ser motivo de orgulho que a reunião tenha começado com 2 horas de atraso e não se tenha podido esperar 10 minutos para o vereador socialista poder votar. -----

-----A pedido da bancada do PSD pelas 22.50 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos.-----

-----Pelas 23.00 horas foi a sessão reatada.-----

-----A responsável pela Divisão Financeira disse que o balanço inicial não faz parte da prestação de contas mas foi elaborado para se poder executar a contabilidade

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

patrimonial em 2002. O valor patrimonial está negativo por não ter havido inventariação e pelo mesmo facto não foram realizadas amortizações. A contabilidade de custos de facto ainda não está a funcionar em lado nenhum devido às dificuldades de implementação de tudo no mesmo ano. Pelo mesmo motivo o controlo interno não está a funcionar em pleno.-----

-----O senhor Dr. Nelson disse que o princípio da materialidade foi derogado nalgumas Câmaras devido a ter sido um ano de eleições e até Junho ter estado em vigor o orçamento de 2001. Também não foi possível cumprir o princípio da especialização . O diferimento previsto só é possível com controlo da inventariação, daí ter sido derogado. Não foram constituídas provisões porque não houve tempo para determinar a antiguidade de todas as dívidas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a divergência na conta da CGD se deve a cheques em trânsito. Dado não ter sido afluída a virtualização de algumas taxas não figuram como dívida. Algumas actividades de promoção do concelho levaram a que não houvesse um rigor sério da diminuição da despesa corrente. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que o PSD analisou a questão da não aceitação da presença do seu membro, lamentando que só desta vez o senhor Presidente da Mesa tenha cumprido à risca o regimento, quanto tem sido condescendente em todas as matérias e na última sessão permitiu que uma votação fosse interrompida. Não estão reunidas as condições para que os dois elementos da sua bancada continuem na Mesa pelo que irão abandoná-la. -----

-----Seguidamente os senhores Paulo Patrício e Lúcia Poseiro abandonaram os seus lugares na Mesa juntando-se aos restantes elementos da bancada. -----

-----Pelas 23.15 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos a fim de serem providenciados boletins de voto para eleger os dois secretários da Mesa para o restante da sessão. -----

-----Pelas 23.25 horas foram reiniciados os trabalhos. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que os senhores Paulo Patrício e Lúcia Poseiro não podem participar no restante da sessão, indo-lhes ser marcada falta por terem abandonado a Mesa. Isso vale para o que se passou no mandato anterior quando foi eleito 2.º secretário da Mesa contra sua vontade mas teve de aceitar sob pena de ter de renunciar ou suspender o mandato.-----

-----O senhor José João Ferreira (PSD) questionou qual o fundamento legal da decisão do senhor Presidente da Mesa. -----

-----O senhor Presidente da Mesa disse que os serviços irão procurar responder à questão colocada e que entretanto prosseguirão os trabalhos. -----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto para eleição do primeiro secretário da Mesa verificou-se o seguinte resultado: Armando Salvador – 5 votos; Mário Morgado – 2 votos; Carlos João Fonseca – 2 votos; votos em branco – 13. Ficou eleito primeiro secretário da Mesa o senhor Armando Salvador, que tomou lugar na Mesa a partir deste momento. -----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto para eleição do segundo secretário da Mesa verificou-se o seguinte resultado: José Alexandre Fonseca – 4 votos; Mário

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

Morgado – 3 votos; João Paulo Hermenegildo – 2 votos; votos em branco – 13. Ficou eleito segundo secretário da Mesa o senhor José Alexandre Fonseca, que tomou lugar na Mesa a partir deste momento. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse manter a sua preocupação em relação à questão dos pagamentos dos empréstimos, bem como relativamente à aplicação de € 69.399 em indústria e energia na Área de Actividades Económicas – pólo II da zona industrial. Foi explicado que algumas discrepâncias se deviam à falta de introdução de dados e que isso era um problema informático. A Assembleia Municipal está cansada de ouvir falar em problemas informáticos. -----

-----Pelas 23.45 horas ausentou-se da sessão o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que apenas foi feita parte do balanço inicial. Só assim se compreende como é estamos agora perante estas discrepâncias. Em relação ao leasing é nas notas que diz que não figuram bens em regime de locação financeira. Na aplicação de resultados a Câmara Municipal devia ter considerado os 5% para reserva legal. Quanto a haver um vereador do PS que não votou os documentos de prestação de contas e segundo sabe, quando o vereador Jorge Costa Pereira se ausentou da reunião o vereador João Carlos Duarte ainda não tinha chegado e foi combinado entre todos que quando chegassem votariam. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia fundamentou nos termos do artigo 46.º da Lei 169/99, a sua decisão de marcação de falta aos senhores Paulo Patrício e Lúcia Poseiro. -----

-----A responsável pela Divisão Financeira, no tocante às desculpas com os problemas informáticos, reconheceu que a aplicação tem dado muitos problemas com os quais ainda hoje se debatem. Diariamente a AIRC está a fazer novas versões para corrigir problemas que vão sendo detectados. Obviamente que o balanço inicial foi parcial tal como o balanço final o foi. Não existem bens em regime de locação financeira inventariados. -----

-----O senhor Presidente da Câmara reconheceu que a reunião de Câmara para votação dos documentos de prestação de contas não decorreu às horas previstas, tendo todos concordado em aguardar pela chegada do senhor vereador João Carlos Duarte, tendo o vereador Jorge Costa Pereira que sair mais cedo. Aquando da votação foi sugerido que se aguardasse pelo vereador Jorge Costa Pereira, mas como este não havia deixado expresso que regressaria colocou os documentos à votação, mas, por coincidência, passados 10 minutos, regressou o senhor vereador. Quanto à verba aplicada no Pólo II da zona industrial, vai inteirar-se e proximamente informará. -----

-----A D. Teresa Faustino (CDU) declarou que: “Por muitas dúvidas que estes documentos nos imponham, não queremos concluir o nosso sentido de voto pela a avaliação técnica. Essa transcende-nos e deixamo-la para quem de direito. A avaliação que se nos exige é a política, e essa, Sr. Presidente, é clara e obviamente negativa. Por tudo o que se passou nesta assembleia ao longo do ano de 2002, pela falta de clareza e mesmo de transparência demonstrada e oportunamente denunciada por nós e por muitos outros membros da AM; pela falta de projecto constantemente em evidência,

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

pela incapacidade amplamente demonstrada de justificação dos actos e das omissões; pela gritante ausência de critérios que tantas vezes foi aqui criticada; o nosso voto, hoje, só pode ser «contra». Estas foram as atitudes que constatamos ao longo de 2002, atitudes nunca modificadas, apesar dos sistemáticos apelos das várias bancadas, exceptuando obviamente a do PSD. Mesmo hoje, Sr. Presidente, o senhor não apresentou qualquer Relatório de natureza política. O senhor não assumiu o seu papel de político eleito, o senhor assumiu no documento em discussão aqui, hoje, o mero papel de Burocrata-chefe, que mandou fazer o trabalho e o despachou tarde e más horas. Nós não estamos aqui para avaliar sistemas informáticos nem o desempenho dos funcionários da Câmara, esse é um papel seu. De facto, Sr. Presidente, nós não fazemos parte do seu eleitorado mas a democracia dá-nos o pleno direito de o elogiar ou de criticar. Quando merecer elogio, não lho regatearemos, Sr. Presidente. Até agora, só nos merece critica.” -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) questionou se não era obrigatório fazer alterações orçamentais para utilizar receitas correntes em despesas de capital. Todas as questões que colocou vem adulterar e de que maneira o lucro líquido do exercício. O senhor Presidente da Câmara deve fazer um esforço para que os serviços resolvam o mais rapidamente possível os problemas informáticos.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse ter ouvido a explicação do PS, ainda mais esfarrapada do que a dada na conferência de imprensa. A sensação que fica é que o vereador Jorge Costa Pereira gostaria de votar a favor mas foi condicionado pelo Partido para votar contra e então acabou por não aparecer na hora da votação.-----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) disse que o silêncio do CDS/PP não diz respeito a estarem de acordo com algo. Este silêncio tem sinal do mesmo respeito que a Câmara Municipal teve para com uma comissão emanada deste órgão. É vergonhoso as contas serem apresentadas tarde e a más horas e com uma discussão destas. Para além do que se passou ao longo desta sessão e de que se envergonha. Entristece-o pertencer a uma Assembleia como esta.-----

-----A D. Susana Manco (PS) aconselhou o senhor João Paulo Hermenegildo a que quando não tiver nada para dizer não invente. A relação do PS com o vereador Jorge Costa Pereira só a eles diz respeito. Não aceitam lições de moral do líder de um grupo parlamentar que devia estar aqui a defender o Presidente da Câmara e que não o está a fazer e ainda está a inquinar a discussão com problemas mínimos. Faz suas as palavras do senhor Victor Garcia. Só tem a lamentar que isto esteja a acontecer. Todas as bancadas fizeram críticas ao relatório de gerência porque os bombarralenses têm de saber o que está a acontecer. Disponibilizou-se para fazer uma reunião com o senhor Fernando Venâncio e com o senhor vereador Jorge Costa Pereira para esclarecer o que tenha ficado por esclarecer.

-----O senhor Presidente da Câmara disse serem absolutamente naturais as explicações que foram dadas do ponto de vista da legalidade do que é apresentado. Parece-lhe que do ponto de vista técnico as revisões orçamentais acontecem quando existe um objectivo não previsto. O ajuste feito revestiu-se da forma de alteração

ACTA N.º 04/2003 – Reunião de 30 de Maio de 2003

orçamental. Não respondeu às questões colocadas pela comissão do orçamento por menos respeito, tendo os serviços apresentado as razões de tal ter sucedido. Nunca encomendou uma informação aos serviços. -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que o presidente da Câmara por diversas vezes fez intervenções que acabam por ficar desluzidas pelo corpo de apoio técnico que aqui trás, porque nunca nada fica claro. “fraco rei, torna fraca a forte gente.”

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que o movimento Bombarral Primeiro vai votar contra estes documentos por uma razão óbvia. O relatório de gestão que é a radiografia do que foi a actividade do município mostra uma gestão pobre, sem rasgos e sem futuro. Disse que não vale a pena os grupos parlamentares fazerem de virgens ofendidas porque este orçamento foi aprovado pelo PSD com o beneplácito do PS. -----

-----O senhor Mário Morgado (CDU) disse ter ficado sem perceber se tinha pela frente um presidente da Câmara eleito para exercer funções políticas ou um director da contabilidade municipal. O documentos diz que estavam previstos € 3.169.308 e foram executados € 1.807.356 (57%). Isto é uma questão política que o senhor Presidente da Câmara devia esclarecer nesta assembleia. Estão aqui para fiscalizar o órgão executivo e queriam que tudo ficasse esclarecido e claro. -----

-----Colocados à votação os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Bombarral respeitantes ao ano 2002, foram os mesmos reprovados com 15 votos de reprovação (6 do B.P., 5 do P.S., 2 do CDS/PP e 2 da CDU) e 6 votos de aprovação (6 do PSD). -----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 00.40 horas, foi a sessão encerrada a lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: